

Amy Chazkel¹

Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras, de Fernando Teixeira da Silva²

Este livro retrata o movimento operário santista no período entre as duas guerras mundiais. O autor Fernando Teixeira da Silva reconstrói a trajetória do movimento trabalhista durante um período de urbanização rápida, instabilidade econômica, e manifestações operárias, no contexto social especial de uma cidade conhecida pela natureza combativa de seu operariado organizado. Uma das colocações mais interessantes e inovadoras de sua análise é que a memória coletiva da famosa militância santista faz parte do cenário cultural dentro do qual as relações trabalhistas se desenvolveram. O autor historiciza essa memória ao demonstrar o sobe e desce da militância, assim como as facções internas que se desenvolveram no meio operário.

O enfoque deste livro são as duas categorias predominantes em Santos no período entreguerras: a construção civil e, sobretudo, o trabalho portuário. A partir de um ponto de vista de história local, Silva mostra ao leitor a história do movimento operário como um desacordo de interesses entre o operariado e o empresariado sem perder de vista as reformulações verificadas dentro das classes. O autor argumenta que cada transição histórica — como, por exemplo, a força gradual que o PCB ganhou dentro das fileiras dos estivadores entre meados dos anos 1920 e a década de 1930 — exige uma explicação histórica cuja base empírica provém da comunidade santista operária. Enfim, seu raciocínio se baseia em explicações culturais. Qualquer que fosse a aliança partidária ou

¹ Professora Assistente no Departamento de História, City University of New York, Queens College, EUA.

² SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2003. 480 p.

sindical, preferência ideológica, ou ofício, os operários em Santos se empenhavam para conseguir condições de trabalho particulares, que evidenciam uma cultura de trabalho heterogênea mas coerente.

Afirma o autor que eles buscavam, ardorosamente, controlar as condições e a organização do seu trabalho, objetivo bem exemplificado na exitosa luta em favor da *closed shop*, ou seja, em prol do controle do mercado de trabalho pelos sindicatos. *Essas condições favoráveis não os isolaram em uma organização fechada por 'minorias militantes' ou por uma aristocracia operária ciosa de seus interesses particulares e sem vinculação com outras categorias. Ao contrário, foram tanto o fundamento do seu orgulho profissional e de sua dignidade como produtores quanto a fonte de seu poder e a vontade de estabelecer relações com a totalidade dos trabalhadores* (p. 29). Em contradição com as “teses de cupulismo” (p. 430) que enfatizam a presença de uma liderança arrogante, Silva busca resgatar o dinamismo e a complexidade do movimento.

O livro se divide em duas partes. A primeira se detém no ambiente social e cultural do trabalho em Santos entre as duas guerras mundiais. A segunda reconstrói a trajetória do movimento operário neste mesmo período. As conexões que o autor estabelece entre a cultura operária particular santista e o movimento operário são o centro da sua pesquisa.

Os primeiros dois capítulos tratam dos trabalhadores da construção civil e a erosão gradual do seu poder *vis-à-vis* o patronato depois do final da Primeira Guerra Mundial. O autor aponta que os trabalhadores na construção civil tinham papel particularmente importante no movimento trabalhista santista nas primeiras duas décadas do século XX. Seu alto nível de qualificação tinha importância crucial para sua força e poder coletivo de barganha. No pós-guerra, criou-se uma nova militância em resposta à perda de poder e a queda do padrão de vida. O sindicato agregado à construção civil, a União de Artes, Ofícios e Anexos (UAOA) recorria à ação direta e se unia para lutar contra a erosão dos seus salários e a “tirania patronal”.

Paralelamente, Silva examina a geografia socioeconômica da cidade e a reorganização do setor empresarial durante este período. O *scientific management*, utilizado para enfrentar o chamado “problema operário”, apresentava um grande desafio aos empregados da construção. Silva oferece ao leitor a oportunidade de observar os passos miúdos do acirramento do conflito entre a mão-de-obra e os patrões, enquanto a liderança dos sindicatos da construção ganhava a fama de ser

excepcionalmente combativa sendo alvo de perseguição empresarial, com a cumplicidade do Estado (p. 121). Formando uma “facção privilegiada” no início do século XX, os trabalhadores da construção civil logo assumiram um *papel de centralidade no interior da classe operária*, quando o setor de construção e a tecnologia cresceram em passo acelerado durante a Primeira Guerra Mundial. Porém, ao final, a narrativa histórica descreve a perda da qualificação e do poder de barganha. Em um dos exemplos pungentes colocados por Silva, os “artistas” da construção civil usavam gravata, andavam calçados e exibiam um orgulho especial do seu trabalho e do seu poder relativo *vis-à-vis* o empresariado, mas passaram, em 1935, a ter a taxa mais alta de analfabetismo entre todos os trabalhadores de Santos (p. 122).

Os capítulos 3 e 4 se concentram nos trabalhadores da estiva e em sua luta, na maior parte bem sucedida, para controlar a contratação de mão-de-obra portuária no período entreguerras, resultando na conquista da *closed shop*, apesar da dominância monopolística da Companhia Docas de Santos. Devido a um suposto isolamento social e à falta de hierarquia interna, muitos estudiosos do movimento operário argumentam que os estivadores trabalham num meio ambiente que, de forma inata, os conduz a uma militância extrema. *Responsáveis pelas maiores incidências de greve em escala internacional, os portuários desempenhariam, então, um papel de ‘avant-garde’ no movimento operário em diferentes países* (p. 131). Silva utiliza fontes primárias de Santos — combinadas com uma ampla seleção das fontes secundárias sobre estivadores nas Américas e na Europa — para questionar tais explicações estereotipadas do comportamento político dos trabalhadores da estiva. Suas observações agudas e a descrição densa das peculiaridades da vida quotidiana do estivador deixam claro a forte influência da experiência e dos valores dos trabalhadores dessa categoria. Silva utiliza de maneira criativa uma gama de fontes que inclui processos criminais para reconstruir a cultura da *valentia* e o *orgulho de ser ‘operários sem patrões’* (p. 149). Mostra que não somente a militância sindical mas também as freqüentes irrupções de violência pessoal e o gangsterismo emergiam dos conflitos políticos e sociais referentes ao controle do trabalho quotidiano, apontando que, até o início da década de 1930, o Centro dos Estivadores de Santos *esteve manchado de sangue* (p. 158). A origem da violência não foi uma *inata cultura sanguinária, mas tinha raízes parcialmente, na instabilidade política dos grupos envolvidos nos confrontos*.

Na cidade de Santos entre as guerras, os trabalhadores da estiva geralmente eram contratados por meio de intermediários. Pela natureza ocasional e descentralizada do trabalho portuário, os estivadores achavam difícil se organizar. Os patrões controlavam tanto os salários quanto o peso dos fardos que carregavam, a designação do serviço e o cumprimento do dia de trabalho.

As vicissitudes do poder sindical *vis-à-vis* os patrões da década de 1920 até o início dos anos 1930 se deviam a fatores estruturais, como o congestionamento de navios no porto, que enfraquecia o poder de barganha das empresas, e a crise mundial de 1929. Tendo assegurado a *closed shop* nos anos 1920, os estivadores santistas lograram algo extraordinário no início dos 1930: o Centro de Estiva conquistou o poder de contratar diretamente a mão-de-obra, ganhando assim o controle do mercado de trabalho, que viria aproximar de seu sonho de trabalhar ‘sem patrões’. Silva coloca que o controle operário *dos estivadores nos anos 1930 foi o resultado da combinação de fatores políticos e de determinados aspectos da cultura e da natureza do trabalho* (p. 207). Os operários organizados da estiva simplesmente aproveitaram do poder que já tinham na prática.

Na parte 2 do livro, intitulada O Movimento Operário da Barcelona à Moscou Brasileira, o autor começa por examinar os processos históricos que levaram ao declínio do sindicalismo de ação direta, a origem do apelido Barcelona Brasileira. Nos capítulos 5 e 6, Silva descreve a onda de greves em 1919-1920 e as rivalidades entre as facções ideológicas dentro do movimento sindical, no qual os adeptos de ação direta tinham que lutar. Entre as posições estratégicas e ideológicas variadas, os que apoiavam o sindicalismo reformista defendiam o uso da agitação sindical dentro dos limites da lei. Uma série de greves nas docas depois do fim da Primeira Guerra levou a superfície essas divergências profundas.

Os capítulos 7 e 8 investigam os efeitos da repressão e mostram a lei como campo de batalha no qual o operariado, os patrões, e o Estado disputaram o sentido da “questão social”. O autor se interessa em verificar *como casos de polícia se tornaram também questão jurídica* (p. 281). O delegado Ibrahim Nobre habitualmente abria inquéritos como maneira de ocultar a sua arbitrariedade atrás dos autos criminais e eliminar “indesejáveis” (p. 281). Silva analisa os autos como artefatos de uma interação entre Estado e povo. Em sua análise, ao enfrentar sem rodeios a natureza problemática dessa fonte histórica, Silva consegue resultados profícuos, a partir da leitura dos casos jurídicos.

Descreve a expulsão dos estrangeiros, a xenofobia e a violência extrajudicial policial quando procura entender a repressão brutal subsequente à onda de greves em Santos, 1919-1920. A intervenção judicial nos conflitos sindicais durante este período tinha o resultado imprevisto de fortalecer a ala reformista do movimento operário (p. 313).

Os capítulos 9 e 10 investigam a incorporação corporativista do operariado organizado, principalmente na época de Vargas, tempos nos quais comunistas se opuseram continuamente à cooptação do movimento trabalhista pela máquina estatal. Silva reconstrói a história do comunismo nos anos 1920 e 1930 e questiona a crença de que os comunistas tinham “aplainado o terreno” da organização operária (no final da década de 1920) deste modo preparando o caminho para o corporativismo estatal de Getúlio (p. 39). No final da Segunda Guerra — ainda durante o Estado Novo — *os comunistas exerceram liderança incontestada entre os operários de Santos, dando início à sua caracterização como ‘Moscou brasileira’ ou ‘cidade vermelha’* (p. 394). Revisita, enfim, as tensões entre os ramos diferentes do sindicalismo e as relações entre lideranças e operários. Nas suas palavras: *não bastava ‘eliminar os patrões’ se ao próprio sindicato cabia ampla margem de manobra na definição a respeito de quem deveria trabalhar, por quanto tempo e em que condições* (p. 405). A luta para banir “operários-patrões” era ligada com disputas internas mais amplas, dentro do sindicato, sobre corrupção e favoritismo na designação de trabalhadores aos grupos, as paredes.

O objetivo de Silva neste livro é, de certa forma, empírico, pois busca preencher lacunas no conhecimento acerca da experiência operária em Santos entre as duas guerras mundiais, período histórico geralmente incluído em longos estudos, mas pouco tratado em si mesmo. Porém, atrás dessa missão mais prática, encontra-se uma abordagem metodológica e teórica que constitui uma sutil remodelação do entendimento comum da experiência operária no Brasil. Este livro se diferencia da historiografia em duas maneiras importantes e interrelacionadas. Primeiro, por não se mostrar fiel ao divisor cronológico tradicional de 1930 como final da Primeira República. Seguindo os múltiplos avanços e revezes da luta sindical pelo controle da organização e do mercado de trabalho, as várias greves do período são marcos em sua narrativa. Sua periodização também faz com que Silva observe os rastros pré-1930 da organização e cultura sindicalistas, para que possa entender a Aliança Liberal e o estado corporativista getulista. Segundo, então, Silva busca distinguir o seu trabalho da

tradição normativa dos estudos que tendem a diferenciar rigidamente a condição de “autonomia” (pré-Estado Novo) da “heteronomia” (na época de Vargas) com todos os julgamentos implícitos que vêm com essa distinção (p. 40).

Uma das contribuições do livro é o tratamento de operários e empresários em paralelo. O autor apresenta uma reconstrução detalhada dos jogos políticos de favoritismo e concessões públicas no contexto do *boom* na área de construção, antes e durante a Primeira Guerra Mundial. Ao leitor é dada uma rara oportunidade de observar o pensamento de Roberto Simonsen em ação, quando Silva examina os escritos do empresário famoso sobre *scientific management* juntamente com os seus interesses particulares financeiros e empresariais. Simonsen fundou em 1912 a Companhia Santista de Habitações Econômicas, e Silva extrai ligações fascinantes com a construção de habitações operárias, pelas quais Simonsen ganhou contrato do governo municipal. Com razão, Silva encara Simonsen como mais do que uma simples encarnação brasileira do engenheiro norte-americano Frederick Taylor. No início dos anos 1920, a reorganização de trabalho na Companhia Construtora de Santos, do qual Simonsen era chefe, se executava de acordo com um modelo científico, que certamente mostrou a influência do taylorismo. Mas Simonsen também foi profundamente influenciado pela política local de classe, pela questão social então emergente no Brasil, e pelos seus próprios interesses empresariais. Ao combinar a história do trabalho “vista de baixo” com a história empresarial, Silva logra demonstrar que o *scientific management* somente funcionava graças ao conhecimento local dos empresários que, por exemplo, cadastravam os empregados com o apoio do delegado de Polícia, que também era advogado da empresa (p. 95).

A escolha da cidade de Santos como estudo de caso faz evidente sentido em níveis diferentes, e aqui se encontra outra das contribuições especiais dessa obra. Em termos de crescimento e densidade populacional no início do século XX, Santos era comparável a outras cidades maiores, inclusive o Rio de Janeiro, mas também se mostrava peculiar em muitos sentidos. E Silva começa seu livro com um desafio: como se pode reconstruir, com grande especificidade e densidade de evidências históricas, a experiência e a luta operárias num lugar e momento histórico bem específico sem [pulverizar] o processo histórico em um mosaico de ‘*miniaturas históricas*’ (p. 21).

O autor não derruba a imagem de Santos como bastião da atividade radical sindicalista, mas procura mostrar sua complexidade e origens. Se interessa mais no suposto espírito continuamente radical de Santos como questão de “identidade de grupo” e fenômeno que precisa ser explicado historicamente, em vez de uma explicação dos conflitos de classe que surgiram na cidade. Entende o radicalismo da cidade como *a leitura da identidade de um grupo, constituindo-se em motivo de orgulho, fonte de mobilização e coesão coletivas* (p. 27).

Silva busca desenvolver a especificidade e a aplicabilidade geral do seu livro através de um argumento explicitamente cultural. Define a cultura como valores compartilhados — e também contestados — buscando desenterrar quais eram tais valores. Enfatiza que os estivadores não consistiam em ‘comunidade fechada’, mas sim conectados com a cidade como um todo. O olhar do autor sobre a experiência operária, já bastante expansivo, poderia ser mais ampliado se entendesse a cultura sindicalista como formada não somente no ventre de um navio mas também em casa, na rua como consumidores de bens públicos (como habitações), e nas horas de lazer dos operários. Silva limita sua definição da cultura dentro dos confins estreitos dos locais de trabalho, ou seja, os canteiros de obras e as docas. Um exame da cultura trabalhista mais amplamente definido teria fortalecido o argumento do autor que a luta pelo controle do movimento sindicalista santista significava algo maior do que o direito de fiscalizar seu próprio trabalho: era uma luta dos trabalhadores para controlar as suas próprias vidas e os seus sustentos (p. 30). A reconstrução magnificamente detalhada da trajetória do movimento sindicalista talvez tenha deixado pouco espaço para discutir essa questão mais compreensiva da cultura operária. O livro de Silva, contudo, não fecha o campo de novas pesquisas que dêem conta das vidas dos trabalhadores fora do local de trabalho, assim como as vidas daqueles que ficaram fora da égide do sindicato. Embora esse livro melhor se encaixe como história do movimento trabalhista, e não das classes operárias santistas em geral, as contribuições metodológicas e empíricas ao estudo dessa cidade certamente facilitarão estudos futuros.

Esse estudo da cultura, mesmo que seja quase sempre limitado aos confins do lugar de trabalho, revela dentro destes espaços que os desejos coletivos da classe operária de Santos estiveram ligados tanto às decisões políticas, cuidadosamente consideradas, quanto às experiências políticas quotidianas e muitas

vezes não-planejadas. Mesmo que as aspirações de conquistar o controle da organização de trabalho fossem fonte constante de orgulho e solidariedade, conseguir o status de “operários sem patrões” não significava automaticamente o fim da exploração. A transformação radical foi determinar quem podia mandar em quem. Silva ilustra bem essa mudança na sua reconstrução dos acontecimentos finais na vida do ex-contramestre Antoninho Navalhada, cujo “triste fim” foi o *dénouement* da narrativa do autor. Tendo sido rebaixado a um “simples trabalhador”, Navalhada foi assassinado, em 1959, pelas mãos de um compadre estivador a quem já tinha tentado matar devido a uma briga sobre quem tinha o direito de mandar em quem no serviço. Esse episódio ocorreu no contexto de um regime novo de trabalho, implementado para resolver o antigo problema do favoritismo. O destino infeliz de Navalhada manifesta duas das colocações centrais no projeto do autor: a importância do controle, como valor pelo qual os trabalhadores eram dispostos a lutar; e o processo histórico, através do qual observamos as mudanças nas condições sob as quais os operários tentavam negociar este controle.

O conceito de “operários sem patrões” tinha significado variado. Para as empresas, representava o mundo virado de cabeça para o baixo — e a pior hipótese. Para os trabalhadores no livro de Silva, representava um sonho de autonomia e uma vida livre de tirania patronal. Estivadores conseguiram diminuir o controle dos seus patrões no dia-a-dia do seu trabalho, mas não escaparam completamente da tirania da violência cotidiana que volta e meia surgia como parte dos conflitos sociais, resultado de décadas de repressão extrema.